

DUCESP
28 12 12

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.**

entre

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de

13 de dezembro de 2012

Handwritten signatures:
1. A stylized signature, possibly "AC".
2. A signature that appears to be "Carvalho".
3. A small mark or signature at the bottom right.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340, Km 161, Pista Sul, s/nº, CEP 13.805-280, Bairro Sobradinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.417.464/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário")

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A. ("Emissão" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), bem como da Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("RCA"), ambas realizadas em 11 de dezembro de 2012, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da AGE e RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão protocoladas para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e serão publicadas, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “O Popular”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a ata de assembleia geral de debenturistas da Primeira Emissão (conforme definido na Cláusula 3.6.1) autorizando a realização da Emissão será protocolada para arquivamento na JUCESP e será publicada, no DOESP e no jornal “O Popular”.

2.1.2 Inscrição da Escritura na JUCESP

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.3.1. A presente Emissão será distribuída nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.3.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Emissão pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Emissões Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.1.4.1. As Debêntures (conforme abaixo definido) serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90

JUCESP
28 12 12

(noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das disposições do artigo 17 da referida Instrução.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto explorar a concessão de serviço público que lhe foi outorgada pelo Estado de São Paulo, como Poder Concedente, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os Municípios de Mococa, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista e Campinas, todos no Estado de São Paulo (Lote 11), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, dos serviços complementares e de apoio aos serviços não delegados, de acordo com o objeto do Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 10/CIC/97, celebrado entre a Emissora e o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP, cuja regulamentação, supervisão e fiscalização são realizadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.5.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 e o agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Banco Mandatário” e “Agente Escriturador”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, na prestação dos serviços previstos neste item).



3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados: (i) ao resgate antecipado do saldo de todas as debêntures emitidas em 29 de janeiro de 2010, objeto da primeira emissão de debêntures da Emissora, em série única, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Primeira Emissão"); e (b) o saldo, se houver, ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador", e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Renovias Concessionária S.A", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou que o saldo das Debêntures não colocado seja cancelado.

3.7.3. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), quais sejam (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

JUCESP
28 12 12

3.7.5 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.7.4 acima obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.6. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.7 A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.7.8 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 9.900 (nove mil e novecentas) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

JUCE SP
28 12 12

4.1.4. *Data de Emissão*

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.5. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de aquisição antecipada facultativa, resgate antecipado total e vencimento antecipado previstas nas Cláusulas 4.6.1.7, 5.1, 5.2 e 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6. *Tipo e Forma*

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.7. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.8. *Conversibilidade*

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.2 **Subscrição**

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

JUCESP
28 12 12

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de 30 (trinta) dias após a Data de Emissão.

4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração desde a Data de Emissão.

4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, por meio do SDT, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

4.4. **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. **Direito de Preferência**

4.5.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.6. **Remuneração**

4.6.1. *Juros Remuneratórios*

4.6.1.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 113,6% (cento e treze inteiros e seis décimos por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://cetip.com.br>) ("Taxas DI" e "Juros Remuneratórios", respectivamente). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, até a respectiva data de pagamento de juros, nos termos da cláusula 4.6.1.2 abaixo.

JUCESP
28 12 12

4.6.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, no dia 15 de cada mês até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso este não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 15 de janeiro de 2013.

4.6.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

k	corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} ;
n_{DI}	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
p	corresponde ao percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 113,60 (cento e treze inteiros e seis décimos);
TDI_k	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k	Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (<i>overnight</i>), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
--------	---

ML e alyh

DUCE SP
28 12 12

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos nas datas estabelecidas na cláusula 4.6.1.2 acima;

4.6.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras adicionais, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável ou da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.6.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das

nc enigh

r

DUCE SP
28 12 12

4.8.1. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado pela Emissora em 37 (trinta e sete) parcelas mensais, iguais e consecutivas, após período de Carência do Principal, conforme definido abaixo, sendo certo que a 1ª (primeira) parcela do principal será paga no dia 15 do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão e nas datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma data de amortização (“Data de Amortização”), salvo possibilidade de amortização extraordinária parcial, aquisição antecipada facultativa, de vencimento antecipado ou de resgate antecipado total, conforme definido na Cláusula 5.2 desta Escritura abaixo:

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR NOMINAL A SER AMORTIZADO (%)
1ª	15/12/2014	2.7027%
2ª	15/1/2015	2.7027%
3ª	15/2/2015	2.7027%
4ª	15/3/2015	2.7027%
5ª	15/4/2015	2.7027%
6ª	15/5/2015	2.7027%
7ª	15/6/2015	2.7027%
8ª	15/7/2015	2.7027%
9ª	15/8/2015	2.7027%
10ª	15/9/2015	2.7027%
11ª	15/10/2015	2.7027%
12ª	15/11/2015	2.7027%
13ª	15/12/2015	2.7027%
14ª	15/1/2016	2.7027%
15ª	15/2/2016	2.7027%
16ª	15/3/2016	2.7027%
17ª	15/4/2016	2.7027%
18ª	15/5/2016	2.7027%
19ª	15/6/2016	2.7027%
20ª	15/7/2016	2.7027%
21ª	15/8/2016	2.7027%
22ª	15/9/2016	2.7027%
23ª	15/10/2016	2.7027%
24ª	15/11/2016	2.7027%
25ª	15/12/2016	2.7027%
26ª	15/1/2017	2.7027%
27ª	15/2/2017	2.7027%
28ª	15/3/2017	2.7027%

Handwritten signatures and initials:
 16
 e nixh
 p

JUCESP
28 12 12

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR NOMINAL A SER AMORTIZADO (%)
29ª	15/4/2017	2.7027%
30ª	15/5/2017	2.7027%
31ª	15/6/2017	2.7027%
32ª	15/7/2017	2.7027%
33ª	15/8/2017	2.7027%
34ª	15/9/2017	2.7027%
35ª	15/10/2017	2.7027%
36ª	15/11/2017	2.7027%
37ª	15/12/2017	2.7028%

4.8.2. A amortização do principal está sujeita a um período de carência de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão (“Carência do Principal”).

4.8.3. Não obstante o disposto na Cláusula 4.8.1 acima, a Emissora poderá realizar, a partir do 3º mês a contar da Data de Emissão, nas datas de pagamento de juros, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Amortização Extraordinária”).

4.8.4. A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária (“Notificação da Amortização Extraordinária”) e limitada em 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures. O Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, deverá comunicar a CETIP da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.8.5. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, prêmio de amortização aplicável e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária (“Valor da Amortização Extraordinária”). O prêmio de amortização, corresponde a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios conforme subitem “ii” acima.

Data da Amortização Extraordinária (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio de Resgate
3º ao 14º mês	0,75%
15º ao 26º mês	0,60%
27º ao 38º mês	0,45%
39º ao 50º mês	0,30%

Handwritten signature and initials:
AC enixh
v

DUCE SP
28 12 12

Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.1.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

(i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e de eventuais Encargos Moratórios devidos na data da realização da comunicação mencionada na Cláusula 4.6.1.7 acima (conforme definido abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta definida pelos titulares das Debêntures na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.6.1.7 supra, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta dos Juros Remuneratórios nos termos deste item (ii) aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.7. Repactuação

4.7.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.8. Amortização

JUCE SP
20 12 12

51º mês à Data de Vencimento	0,15%
------------------------------	-------

4.8.6. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

4.8.7. No caso de Amortização Extraordinária, o percentual do Valor Nominal das Debêntures a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

4.9. Condições de Pagamento

4.9.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2. Caso qualquer titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e ao Agente Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.9.2. Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3. Encargos Moratórios

JUCE SP
20 12 12

4.9.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.9.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Amortização.

4.10. **Publicidade**

4.10.1. Observado o disposto nos incisos III e IV da cláusula 17 da Instrução CVM 476, todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, devem ser comunicados pela Emissora ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação, sendo que os editais de convocação e as atas de assembleia geral de debenturistas deverão ainda, além da publicidade anteriormente descrita, ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Popular”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

5. **DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO TOTAL E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1. **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.



5.1.2 As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 5.1.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2. Resgate Antecipado Total

5.2.1. As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a partir do 3º mês a contar da Data de Emissão, nas datas de pagamento de juros, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos titulares das Debêntures.

5.2.1.1. O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser resgatado, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a do resgate antecipado total e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios conforme subitem “a” acima (“Valor do Resgate Antecipado”).

Data do Resgate Antecipado Total (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio de Resgate
3º ao 14º mês	0,75%
15º ao 26º mês	0,60%
27º ao 38º mês	0,45%
39º ao 50º mês	0,30%
51º mês à Data de Vencimento	0,15%

5.2.1.2. Os valores relativos ao prêmio de resgate antecipado total serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do resgate antecipado total.

5.2.2. A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.3. Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto na Cláusula 5.3.1.3 abaixo, declarar

JUCESP
28 12 12

antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, quando for o caso, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios aplicáveis até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Vencimento, por período superior a 2 (dois) Dias Úteis após as Datas de Vencimento;
- (b) provarem-se falsas, enganosas, incorretas, ou incompletas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem as Debêntures de forma adversa;
- (c) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (d) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora a terceiros, em valor individual ou agregado, superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do não pagamento, que referido não pagamento (i) foi sanado pela Emissora; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e) incorporação, cisão ou fusão da Emissora, sem aprovação dos Debenturistas, reunidas em assembleia especialmente convocada para esse fim;
- (f) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que venha a resultar (i) na transferência do seu controle acionário a terceiros ou (ii) em modificação do seu controle acionário, decorrente de aquisição por um terceiro de participação societária igual ou superior a 20% (vinte por cento) no capital social da Emissora, em ambos os casos (i) e (ii) sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Para fins deste item, entende-se como (a) "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei



das Sociedades por Ações e (b) “terceiro(s)” qualquer pessoa física ou jurídica que não seja controlada pelos atuais acionistas controladores da Emissora ou controladores destes;

(g) apresentação de proposta de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora ou pedido de autofalência pela Emissora;

(h) Extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora;

(i) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto se tal alteração referir-se à ampliação da atuação da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;

(k) término antecipado do Contrato de Concessão;

(l) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data fixada para pagamento os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;

(m) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se (i) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;

(n) Pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela Emissora em valor superior ao mínimo legal, caso (i) a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal ou juros nos termos desta Escritura; ou (ii) se a razão entre Dívida Líquida e EBITDA for superior a 2,5; ou (iii) o ICSD seja inferior a 1,20;



- (o) Redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (p) Citação da Emissora em qualquer ação de execução (ou conjunto de ações de execução) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo uma garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável;
- (q) Desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial dos ativos da Emissora ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, se suas obrigações relativas às Debêntures;
- (r) Emissora deter participação societária em qualquer sociedade;
- (s) Transferência ou cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (t) Caso a Emissora, sem que haja a aprovação prévia de 2/3 dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, contraia uma ou mais novas dívidas que levem, individualmente ou em conjunto, o índice de Dívida Líquida / EBITDA a um valor superior a 2,50, utilizando as definições abaixo para Dívida Líquida e EBITDA ("Nova Dívida" ou "Novas Dívidas"), exceto se a totalidade ou parcela dos recursos captados com qualquer Nova Dívida seja destinada ao pré-pagamento e liquidação das Debêntures da presente Emissão; e
- (u) oferecer, incorrer, assumir ou permitir, em garantia de novas dívidas, a criação de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos, ("Ônus Sobre Ativos da Emissora").

Na hipótese do item (u) acima, é permitido à Emissora constituir Ônus Sobre Ativos da Emissora somente se: (a) tratar-se de garantia à dívida contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. ("BNDES"), diretamente ou por meio de repasse, ou à instituição financeira fiadora da dívida junto ao BNDES, constituindo para tanto as garantias que se fizerem necessárias; ou (b) mediante a extensão, às Debêntures da presente Emissão, dos mesmos



Ônus Sobre Ativos da Companhia, com exatamente as mesmas características, que garantam a Nova Dívida Garantida de forma a estabelecer o compartilhamento de referidas garantias de forma proporcional às dívidas; ou (c) caso os recursos captados com as novas dívidas garantidas sejam destinados ao pré-pagamento e liquidação das Debêntures da presente Emissão.

Caso ocorra o previsto no subitem (b) acima, fica o Agente Fiduciário desde já autorizado a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários para a convolação das Debêntures em outra espécie, de forma a contemplar as condições e garantias a serem constituídas, sem que, para tanto, haja a necessidade de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas.

Para fins do disposto acima, entende-se por:

Dívida Líquida: a somatória dos valores correspondentes a (A) (i) empréstimos e financiamentos de curto prazo; (ii) debêntures ou notas promissórias no curto prazo; (iii) empréstimos e financiamentos de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; (v) fianças, desde que a dívida afiançada não esteja incluída nos itens acima; (vi) aval e, ainda, (vii) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, exceto, em quaisquer dos casos aqui previstos, dívidas subordinadas sem nenhum pagamento durante o prazo da Emissão, menos (B) disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários não onerados para quaisquer outras obrigações da Emissora que não as listadas no item (A).

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas. O EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Dívida Líquida/EBITDA: a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

ICSD, quando aplicado à Emissora, o índice obtido da divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida.

Geração de Caixa, dos últimos 12 meses: quando aplicável à Emissora, para qualquer período, o Lucro do Exercício (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) outras despesas não caixa; e (c) juros, fees e outros débitos relacionados à Dívida Líquida; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade) outros créditos não caixa.

Serviço da Dívida: todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o período de 12 (doze) meses. No caso de tomada de dívida para substituir parte ou toda outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente. No

2



caso de tomada de capital de giro e/ou empréstimo-ponte para o complemento do pagamento do Serviço da Dívida, com a liquidação do referido capital de giro e/ou empréstimo ponte dentro do mesmo período, o Serviço da Dívida a ser aqui considerado deverá ser líquido do efeito da liquidação do capital de giro e/ou empréstimo-ponte.

O quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD serão verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras, auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis.

Caso o cálculo seja realizado com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, a Geração de Caixa e o Serviço da Dívida devem contemplar os valores ocorridos nos últimos 12 meses.

5.3.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (a), (d), (g), (h), (i), (k), (l), (m), (n), (o) e (s) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3. Na ciência da ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso (i) assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de titulares das Debêntures representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, ou (ii) os trabalhos forem suspensos, para deliberação em data posterior.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima na CETIP.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.



5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações: (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) na mesma data da alínea anterior, declaração da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD; (c) dentro de 15 (quinze) dias após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar; (d) cópia de qualquer sentença judicial envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em até 30 (trinta) dias corridos da publicação de tal decisão ou sentença judicial; (e) sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 5.3 acima em até 3 (três) dias úteis após a sua ocorrência; e (f) todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, atos societários e o organograma societário da Emissora, todos necessários à conclusão do relatório citado no item 7.3 (xii) desta Escritura, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a



regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e, caso seja de interesse dos Debenturistas, a critério da Emissora, ao Agente Fiduciário; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

(iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;

(v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

(viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(x) notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis sobre qualquer ato ou fato que causem interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;



(xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

(xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

(xiii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;

(xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xv) destinar os recursos obtidos com a Emissão conforme previsto na Cláusula 3.6 desta Escritura; e

(xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável, com exceção das declarações (vi) e (vii) da Cláusula 9.1, que são dadas somente nesta data.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora ("Agente Fiduciário").

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

(i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) que, conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea (k) da Instrução CVM 28, também exerce a função de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora. Foram 140 (cento e quarenta) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, qual seja, 1º de fevereiro de 2010, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2015. Até a presente data houve apenas eventos de amortização conforme previsto na escritura de emissão da Primeira Emissão. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. As debêntures da 1ª (primeira) emissão não possuem garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 1ª (primeira) emissão e da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora; e
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.



7.2. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

7.2.4. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.2.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. Camy", is written over the page number.

A small, stylized handwritten mark or signature is located in the bottom right corner of the page.

JUCESP
28 12 12

(i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 desta Escritura;

(xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



JUCESP
28 12 12

(xii) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir descritas: (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

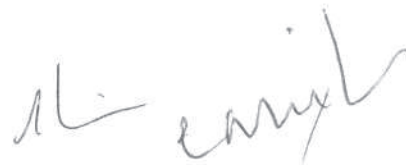
(xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;

(xiv) publicar nos órgãos onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares das Debêntures de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;

(xv) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xvii) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente



2

JUCESP
28 12 12

Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xviii) não ser obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela emissora, para se basear nas suas decisões; e

(xix) disponibilizar diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website.

7.4. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e

(iv) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.5. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.4 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4 (iv) acima.

7.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas e com a legislação aplicável. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos

Handwritten signature

Handwritten mark

DUCE SP
28 12 12

decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas, quando referido cumprimento não desrespeite a legislação aplicável, a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

7.9. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura, e as demais parcelas seguintes na mesma data dos anos subsequentes.

7.9.1 As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.9.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

7.9.3 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), excetuando o IRRF

Handwritten signature

Handwritten mark



(Imposto de Renda Retido na Fonte), serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

7.9.4 As parcelas da remuneração referenciadas no item 7.9 acima serão atualizadas, pelo IGP-M, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

7.9.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.9.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, para que referido valor possa ser repassado ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

7.9.7 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.9.8 A remuneração não inclui as despesas com *conference call*, contatos telefônicos, publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e prestação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.10. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.10.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.10 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.10.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os

DUCE SP
28 12 12

interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.10.3. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.10.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

7.10.5. As despesas a que se refere à Cláusula 7.10 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) despesas com *conference call* e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre estados da federação, respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures; e
- (vi) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

7.10.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

JUCE SP
28 12 12

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

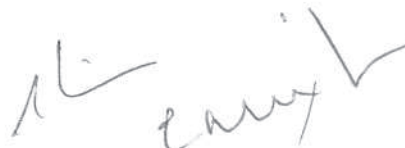
8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria simples das Debêntures em circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura. As hipóteses de alteração (i) de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; e (ii) de vencimento antecipado dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA



JUCESP
28 12 12

9.1. A Emissora declara e garante que:

(i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

(iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura na JUCESP; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; (iii) comprovação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, até 31 de dezembro de 2012, do resgate antecipado de todas as debêntures emitidas em 1 de fevereiro de 2010, objeto da primeira emissão de debêntures da Companhia, em série única, com esforços restritos de colocação; e (iv) obtenção de aprovação prévia dos debenturistas da Primeira Emissão, autorizando a Emissão.

(vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

(viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi

Alc. Enigh

h

JUCE SP
28 12 12

acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;

(ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora; e

(x) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

9.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.2 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 9.1 acima tenha se tornado falsa, inconsistente, imprecisa, insuficiente e/ou incorreta.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

Rodovia SP 340, Km 161, Pista Sul, s/nº

CEP 13.805-280 - Mogi Mirim, SP

At.: Roberto de Barros Calixto

Telefone: 019 3814-2020

Fax: 019 3814-2001

e-mail: roberto.calixto@renovias.com.br

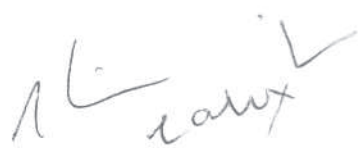
(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4200,

Sala 514, Bloco 04

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ



JUCE SP
28 10 10

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel: 021 3385 4565

Fax: 021 3385 4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br e juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902 - São Paulo - SP

At.: Luiz André Negrin Petito

Tel: 011 2797-4441

Fax: 011 2797-3140

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Agente Escriturador

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132 - São Paulo - SP

At.: Luiz André Negrin Petito

Tel: 011 2797-4441

Fax: 011 2797-3140

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 - 002 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

10.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

DUCE SP
28 12 12

10.1.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando for o caso, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e ao Agente Escriturador pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

At. Enigh

p

JUCESP
28 12 12

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de dezembro de 2012.

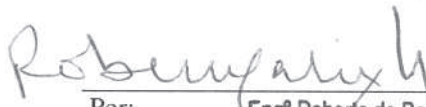
(As assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)

16
anexo

DUCE SP
28 12 12

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A.)

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.



Por: Engº Roberto de Barros Calixto
Cargo: Diretor Presidente



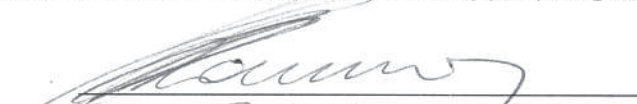
Por: José Salim Kallab Fralho
Cargo: Diretor

4

DUCESP
20 12 12

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por: NATÁLIA MACHADO
Cargo: DIRETORA

 carlyh



JUCESP
28 12 12

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A.)

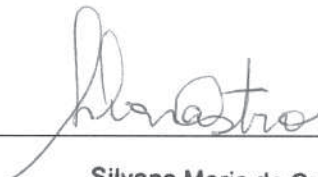
Testemunhas:



Nome:

RG:

Silmara Soares Romano
RG. 26.123.476-6 *SSL/SP*
CPF: 179.426.558-90



Nome:

RG:

Silvana Maria de Castro
RG. 19.260.264-0 *SSL/SP*
CPF 115.090.832-63

